



## **O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA**

Autor (1): Sônia Priscila Sampaio Borges Moura; Co-autor (1): Antônia Elinaide Ferreira;  
Co-autor (2): Marinete Batista de Santana. Orientadora: Caylay Sâmara Sampaio Borges Moura.

Instituições Autor 1: *Instituto de Educação Umariense Francisco Ferreira Borges (IEUFFB)*. E-mail: sôniapriscila@hotmail.com; Co-autor 1: *Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)*. E-mail: elinaideferreira@hotmail.com; Co-autor 2: *Faculdade Santa Maria (FSM)*. E-mail: marinete\_mbs@hotmail.com; Orientador: *Faculdade Kúrios*. E-mail: keylysamara@hotmail.com

### **Resumo do artigo:**

O presente estudo tem como eixo central, analisar o papel da família no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes com deficiência. Para tanto, buscaremos desvelar o conceito de família na atualidade e suas novas configurações, averiguando os reflexos destas transformações na efetivação do papel da família; bem como, identificar a situação de deficiência e a influência sobre as relações familiares. Por fim, pontuar a importância da participação das famílias na perspectiva do desenvolvimento dessas crianças e adolescentes. Para o recorte teórico desse processo, adotamos a perspectiva analítico-crítica da sociedade capitalista, que permite uma análise da sociedade a partir das suas contradições. A unidade investigativa consiste em uma pesquisa com abordagem exploratória. Metodologicamente recorreremos à utilização de recursos qualitativos por meio dos seguintes instrumentos e técnicas: pesquisa bibliográfica, a partir dos seguintes autores: Vygotsky, Buscaglia, Dessen e Silva, Batista e França, entre outros. Por fim, o presente estudo aponta que o conceito de família assumiu novas formas. Com as transformações ocorridas na sociedade nos últimos tempos, vislumbramos, esse conceito adquirir novos moldes, abarcando, assim, uma gama de novas configurações. No entanto, estas alterações não interferem no papel da família, a mesma continua a ser uma instituição de grande relevância no processo de gestação dos indivíduos, sobretudo, por ser a primeira instituição em que o sujeito se insere. Em sendo assim, não se pode negar à importância de aspectos ambientais, ou seja, a família e o modo como se relacionam influencia no desenvolvimento dos seus componentes, sobretudo, no que diz respeito a crianças e adolescentes com deficiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criança e adolescente, Deficiência, Família, Desenvolvimento.

### **1 - INTRODUÇÃO**

A família vem hoje a se configurar como um conjunto de pessoas que mantêm um relacionamento, tendo cada componente seu papel específico. Nesse sentido, famílias com crianças ou adolescentes que possuem deficiências, requerem maior tempo e dedicação, proporcionando um ambiente familiar propício para seu desenvolvimento. Pode-se dizer, que crianças e adolescentes com deficiência precisam de cuidados, atenção e estímulos. Sendo assim, o desenvolvimento dessas ações por parte da família, se torna de fundamental importância. No entanto, muitas vezes o desconhecimento dos pais acerca da importância desses cuidados, impossibilita ainda, o desenvolvimento de muitas crianças e adolescentes,



sobretudo aquelas com deficiência. Este cenário nos leva a refletirmos as seguintes questões que nortearão este estudo: Qual a relevância do papel da família no desenvolvimento da criança com deficiência? Como a família se expressa em meio ao processo de inclusão?

Assim, objetivamos analisar o papel da família no processo de desenvolvimento dessas crianças e adolescentes com deficiência. Para tanto, buscaremos desvelar o conceito de família na atualidade e suas novas configurações, bem como, identificar a situação de deficiência e a influência sobre as relações familiares, por fim, pontuar a importância da participação das famílias na perspectiva do desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

O interesse por esta temática surgiu a partir da experiência enquanto diretora de uma instituição regular a qual assisti alunos com deficiência. A partir dessa, despertou-se a curiosidade de compreender de forma mais sistemática (a partir de estudo) a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos, especificamente no que se refere a crianças e adolescentes com deficiência.

Logo, compreende-se que este estudo será de grande relevância para o aprofundamento desta temática, contribuindo para a ampliação das abordagens concernentes a este tema. Acreditamos ainda, que o estudo aqui proposto poderá contribuir, enquanto acervo para os profissionais inseridos na Educação Inclusiva, bem como, para os familiares das crianças e adolescentes, além dos discentes interessados no assunto.

## **2 - METODOLOGIA**

A partir das considerações acima, cabe pontuamos que este estudo foi feito por meio de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, com abordagem exploratória e enfoque estrutural dialético. No que se refere a este último, o mesmo parte do estudo da realidade a partir das contradições existentes nela, o que nos permitirá analisar o estudo aqui proposto. Já a pesquisa exploratória, segundo Gonsalves (2003. p. 65) “a pesquisa exploratória é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”.

Quanto a pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

Nesta perspectiva, a proposta de Gil (2008) foi utilizada nas seguintes etapas:

1º etapa: Fontes: foram utilizados livros, artigos científicos sobre a referida temática. Muitos dos artigos foram acessados na base de dados Scielo, Mdiline. Para seleção das fontes,



foram consideradas como critérios de inclusão as bibliografias que abordassem a problemática da educação inclusiva, e conseqüentemente a temática. Foram excluídas aquelas que não atenderam a temática.

2º etapa: a coleta de dados segue a seguinte premissa: leitura exploratório de todo o material selecionado (leitura rápida que objetiva verificar se a obra consultada é de interesse para o trabalho); leitura seletiva, e por fim, registro das informações extraídas das fontes em instrumento específico.

3º etapa: análise e interpretação dos resultados: nessa etapa foi realizado uma leitura analítica com a finalidade de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

4º etapa: discussão dos resultados: categorias que emergiram da etapa anterior foram analisadas a partir do referencial teórico relativo à temática do estudo.

Quanto aos aspectos éticos, cabe mencionamos que houve o comprometimento em citar os autores no estudo, respeitando a Norma Brasileira Reguladora (6023) que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências. Os dados coletados foram utilizados exclusivamente com finalidade científica.

### **3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante do novo paradigma de conquista de direitos, cabe analisamos o papel da família, enquanto uma das instâncias essenciais para o desenvolvimento da criança e adolescente, sobretudo, aqueles com deficiência, uma vez que se apresenta como fundamental o processo de estímulos proporcionado pelo meio em que a criança ou adolescente está inserida.

Faz-se necessário, antes de adentrarmos na discussão apresentada acima, pontuamos as bases que originaram o surgimento do núcleo familiar, e suas configurações, que vem a se diferenciar, a depender do momento histórico-social.

Quanto ao surgimento da família, pode-se dizer que relaciona-se à história da civilização, na qual, vem a ser emergida como um fenômeno natural, oriunda da necessidade de o ser humano estabelecer relações afetivas, de forma estável. Neste sentido, podemos afirmar que este sentimento de afeto, que permeou o surgimento da família, se coloca presente até os dias de hoje, ainda que esta tenha adquirido novas configurações.

Antigamente, o conceito de família estava intrinsecamente relacionado ao casamento, sendo assim, pessoas unidas sem tal convenção não se enquadravam neste conceito. Este quadro, no decorrer do tempo, assumiu novas formas. Com as transformações ocorridas na



sociedade nos últimos tempos, vislumbramos esse conceito adquirir novos moldes, abarcando uma gama de novas configurações.

É apontado como marco na evolução deste conceito, a Constituição Federal de 1988, na qual trará essa mudança. De acordo com Genofre (1997, p. 14), a mesma veio a “corporificar o conceito de Lévy-Brul, de que o traço dominante da evolução da família é sua tendência a se tornar um grupo cada vez menos organizado e que cada vez mais se funda na afeição mútua”.

Assim, a partir da Constituição Federal de 1988 o conceito de família foi ampliado, passando a ser atribuída como base da sociedade, e definida como a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. Neste novo conceito, Goldani (1994, p. 10) pontua ainda que, “ao ser ressaltado a necessidade de proteção aos dependentes (crianças, jovens e velhos), a Constituição Brasileira reconhece o poder assimétrico entre os membros da família”.

Percebe-se que suas alterações estão relacionadas as suas configurações conceituais, abarcando, portanto, novas formas, no entanto, mantendo sua condição afetiva. Como resultado dessa inovação, oriunda pelas novas transformações sociais e culturais, seu conceito será definido de forma mais abrangente, sendo assim expressa na visão de Burgens e Rogers (*apud* ELSEN, 2002, p. 58)

A família se constitui hoje como uma unidade de pessoas em interação, um sistema semiaberto, com uma história natural composta por vários estágios, sendo que a cada um deles correspondem tarefas específicas por parte da família [...] um sistema inserido numa diversidade de contextos e constituído por pessoas que compartilham sentimentos e valores formando laços de interesse, solidariedade e reciprocidade, com especificidade e funcionamento próprios.

Ainda que hoje, os conceito venham a ser diversos, sempre existirá o ponto em comum nas falas dos autores, o fato de que a família se constitui por meio do sentimento de afeto, que vai além de laços consanguíneos, mas que se constrói por meio da convivência, respeito mútuo, ou seja, por meio da construção de experiências conjunta.

Postas estas considerações, cabe agora, pontuamos de acordo com Ferrari e Kaloustian (1994, p.11), que a família desempenha papel decisivo na educação formal e informal. “Em seu espaço são absorvidos os valores éticos e humanitários, aprofundam-se os laços de solidariedade, constroem-se as marcas entre as gerações e são observados valores culturais”.

É no espaço familiar que os indivíduos se relacionam e aprofundam as suas experiências. Ainda que este também venha a ser um espaço de conflitos, não se pode negar



que é também, um espaço de bem-estar, de construção de potencialidades. Para Nascimento (2006, p. 01), “é no espaço privado e na convivência familiar, é que são criadas as fontes de organização da cultura dos povos; são estruturados os mundos simbólicos de cada indivíduo; e onde são estabelecidos os padrões de relacionamentos que vão ser reproduzidos na sociedade”.

Evidencia-se neste conceito acima, a importância da família como unidade de análise que nos permite compreender os indivíduos como parte de um contexto, que, se refletirá na sua vida social.

De acordo com Bettelheim (1992, p. 40),

O objetivo ao se criar um filho é permitir que ele, em primeiro lugar, descubra quem quer ser e, depois se torne uma pessoa capaz de satisfazer-se consigo mesma e com sua maneira de viver. Eventualmente deve ser capaz de fazer na vida o que lhe pareça importante, desejável e conveniente; de desenvolver relações construtivas, satisfatórias e mutuamente enriquecedoras com outras pessoas, e de suportar bem as pressões e as dificuldades que, inevitavelmente, encontrará durante a vida. Em relação a tudo isso os pais não são apenas os primeiros professores do filho, são aqueles a partir de quem e através de quem ele se orienta; ele os observa e estuda todo o tempo para ver o que estão fazendo, como estão fazendo e com que sentimentos, exibidos abertamente, oras negados ou até mesmo reprimidos. Assim os pais mostram-lhe quem ser e como ser o último sempre decorrendo do primeiro. Esse conhecimento é muito mais importante para a vida presente e futura da criança do que a aquisição de fatos ou habilidades

Neste sentido, podemos afirmar, como sendo a família um núcleo social de grande relevância, pois vem está a ser o primeiro agente no processo educacional de seus filhos. Logo, compreende-se que as crianças que tem uma boa convivência em família, seguida de amor e limites, assim como, aquelas que dispõem de acompanhamento familiar, terão maior facilidade de conviver com os outros, de progredirem e explorarem suas potencialidades.

A partir dessa discussão, podemos afirmar embasados em estudos, que o dever e a importância da família, em meio ao processo escolar da criança e adolescente, vêm a ser reconhecido e expresso nas diversas legislações, a mencionar a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e Adolescente nos seus artigos 4º e 55; na Política Nacional de Educação Especial, que aponta como uma de suas diretrizes gerais, “adotar mecanismos que possa oportunizar a participação efetivas das famílias no desenvolvimento global do aluno”; também na Lei nº 9394/96, denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seus artigos 1º, 2º, 6º e 12; e, por fim, podemos mencionar o Plano Nacional de Educação, que



vem a ser aprovado pela Lei nº 10172/2007, no qual traz como uma de suas diretrizes a inauguração de conselhos escolares, assim como, outras forma de participação da comunidade escolar, que também é composta pela família, tendo por objetivo o melhoramento da educação.

No que concerne à realidade de crianças e adolescentes com deficiência, o seu bem-estar familiar, e o envolvimento dos pais na educação, é ainda mais necessário, uma vez que, como já mencionamos, é na família que a criança ou adolescente vai receber seus primeiros estímulos e cuidados que permitirão desenvolver seu potencial.

Quanto a situação de deficiência e a influência ou rebatimento sobre as relações familiares, podemos afirmar que o impacto que a chegada de uma criança com deficiência causa sobre uma família fará com que o próprio grupo familiar desconstrua seus pensamentos e conceitos acerca das deficiências. Nesta fase, de acordo com Batista e França (2007, p. 1), “a superação de doença e da visão patológica é um dos primeiros desafios a serem ultrapassados”. A família passa por um longo processo de superação dos próprios preconceitos até a construção de um ambiente familiar mais preparado para receber o novo membro. A criança que estará por vim, depende de um cuidado, pois necessitará de estímulos, atenção, proteção, por esta razão, a família é demasiadamente importante.

Outra questão que se coloca como importante, é as consequências que a superproteção desenvolvida pela família pode acarretar no desenvolvimento da criança com deficiência. É normal que pais de pessoas com deficiência tenham de certa forma, um cuidado especial com o filho. Querer o filho sempre bem e tentar protegê-lo dos perigos da vida, é o que se espera de qualquer pai, qualquer mãe. O problema surge quando essa proteção se torna excessiva a ponto de interferir negativamente no desenvolvimento da criança.

Os pais devem ter uma visão real das limitações, precisam compreender que a criança precisa de estímulo, adaptação e de recursos que facilite sua vida, mas, precisam também aprender a conviver com o mundo e suas dificuldades com naturalidade.

Diante dessa abordagem, podemos afirmar que aqueles pais que superprotege seus filhos, que não permitem que eles experimentem por si só, as novas e diferentes situações, não dão a eles a oportunidade de enfrentar os problemas que todos nós podemos encontrar ao longo da vida, sejam de ordem psicológica, física ou emocional. Em sendo assim, de acordo com Diniz (2009, p. 2), no que diz respeito à pessoa com deficiência, em particular, esses efeitos podem devastar sua personalidade, interferindo diretamente na sua autoestima, autoconfiança e na capacidade de viver e interagir com a sociedade.



Nas palavras de Glat (1996, p. 113), viver em função de um filho que tem deficiência, não significa aceitação, nem solidariedade familiar. Na verdade, na visão dessa autora, esse tipo comum de atitude desenvolvida pelas famílias, representa uma falsa integração, já que confere um status diferenciado, excepcional a este membro.

Para autora, integrar um membro deficiente é deixar que ele ocupe um espaço no conjunto familiar, nem maior, nem menor que os demais. É claro que esta pessoa tem necessidades especiais que ocasionarão demandas especiais da parte dos outros componentes da família, sobretudo dos pais. No entanto, quanto mais de forma natural ela for integrada na família, mas segurança terá para encarar o mundo e suas dificuldades.

De acordo com Piaget (1984, p. 52): “[...] a aprendizagem é resultado da interação do indivíduo com o outro, considerando-se a maturação biológica, a bagagem cultural e a nova situação que se apresenta”. Em sendo assim, a integração e o desenvolvimento de crianças e adolescentes com deficiência é hoje, a meta primordial da educação inclusiva. No entanto, apesar de ser constantemente ressaltado o papel da família, suas ações ainda precisam ser trabalhadas.

Na concepção de Glat (1996, p. 112), quanto mais integrada com sua família uma pessoa com deficiência for, mas essa família vai tender a tratá-la de maneira natural, deixando que, na medida de suas possibilidades, participe e usufrua dos recursos e serviços gerais da sua comunidade, conseqüentemente, mais integrada na vida esta pessoa será.

Embasando a visão de Canejo (1996), em estudo com pessoas com cegueira adquirida, verificou que os indivíduos que pareciam ter maior grau de integração social eram justamente aqueles que tinham um bom esquema de suporte familiar. É com os membros da família que o deficiente mantém as relações pessoais mais íntimas, e em muitos casos, os únicos com quem ele tem relação.

Partindo do princípio de que não se pode negar a importância de aspectos ambientais no desenvolvimento, e de que as famílias são fundamentais para o desenvolvimento das crianças, Vygotsky (1994, p. 343) afirma que “a influência do ambiente sobre o desenvolvimento infantil, ao lado de outros tipos de influências, também deve ser avaliada levando em consideração o grau de entendimento, a consciência e o insight do que está acontecendo no ambiente em questão”.

Em sendo assim, compreende-se que, inúmeros são os condicionantes que proporcionam um ambiente capaz de influenciar positivamente o desenvolvimento da criança com deficiência, não podendo deixar de mencionar, o ambiente familiar acompanhado de suas demonstrações de afeto, motivações, regras.



Tendo em vista ser a família o primeiro grupo em que a criança é inserida, não há como negar sua importância, já que segundo Buscaglia (1997), a família é uma força social que tem influência na determinação do comportamento humano e na formação da personalidade. Ainda de acordo com o autor, os relacionamentos estabelecidos entre os familiares, uns aos outros, e toda mudança ocorrida nesse sentido, irá exercer influência em cada membro individual ou no sistema como um todo. Antes do indivíduo deficiente ser integrado na sociedade, ele necessita estar integrado em sua própria família.

Assim, a família é ainda mais importante, uma vez que é no ambiente familiar que a criança desenvolve e adquire suas habilidades. Neste sentido, Levine (1989, p. 57) afirma “o modo como a criança pensa e usa uma habilidade intelectual depende dos modelos culturais de competência, enquanto o que ela sente e como atua em direção às pessoas com as quais possui vínculo depende dos modelos culturais de relações interpessoais”.

Logo, a família tem a possibilidade de proporcionar crescimento e desenvolvimento à criança com deficiência, através das relações que venham a ser estabelecidas, que de acordo com Dessen e Silva (2001, p. 136) se “dá por meio da comunicação verbal e não verbal”. Entram como não verbal, o afeto, cuidado demonstrado a criança e adolescente no seu cotidiano; já no que se refere a comunicação verbal, pode-se destacar as regras; imposição de limites, os estímulos, incentivos.

É possível verificar aspectos primordiais como dever da família para o crescimento e desenvolvimento de seus filhos, dentre os quais, podemos destacar: a proteção, afeto e a garantia do direito a educação. No entanto, o que ocorre, muitas vezes, é que esses deveres, nem sempre são cumpridos. Para tanto, contribuem inúmeros fatores, nos quais: a ausência de recursos materiais por parte da família uma vez que, a mesma, tendo em vista suprir as necessidades básicas da criança e do adolescente, trava uma luta diária pela sua sobrevivência em um mercado cada vez mais competitivo. Nestas condições, e em meio às insuficientes ações do Estado, se dão os índices de negligência, ou de não cumprimento dos deveres.

Romanelli (2005) aponta a entrada da mulher no mercado de trabalho, como umas das mudanças que rebate significativamente no âmbito familiar, onde de acordo com essa autora “uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundam em mudanças na dinâmica familiar é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades enfrentadas pelas famílias” (ROMANELLI, 2005, p. 77).

Essa mudança rebate na dinâmica familiar, influenciando no âmbito funcional da família, no que se refere a sua organização, e no papel de seus membros, uma vez que a





mulher, muitas das vezes, não consegue mais desempenhar, haja vista, suas novas atribuições, de forma mais ativa na vida escolar de seus filhos.

Nesta situação, a criança, ainda que frequente a escola, acaba sofrendo pela falta de apoio da família no que se refere a seu processo de escolarização, fator este, que interfere de forma significativa na educação, sobretudo, no que diz respeito à educação inclusiva.

Contudo, se fomos analisar este quadro de forma geral, será inevitável deixar de salientar a desresponsabilização que vem assumindo o Estado em tempos de neoliberalismo. Fato este que tem refletido, sobremaneira, nos diversos setores sociais, e aqui, particularmente, nas famílias, que em meio a ausência do estado no provimento de políticas eficazes, acabam por ausentar-se no seu papel.

De acordo com o art. 61 da Declaração de Salamanca<sup>1</sup> “Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola (...) e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos”.

Como se pode ver, tem sido posto nos últimos tempos, como de fundamental importância, a relação entre família e educação. Contudo, esta relação se faz, diante dos inúmeros limites, de forma fragilizada, o que impossibilita a efetiva presença da família na educação de seus filhos.

Como parte desse cenário, vislumbramos a ausência do Estado, expressa ainda, pelas suas insuficientes ações, quando de fato, o mesmo, deveria prover condições para a família exercer sua função, não recaindo sobre seus ombros, a maior responsabilidade. Fica, portanto, claro a abrangência do papel da família e da escola, e a necessidade da respectiva parceria entre essas instituições.

Contudo, Tedesco (2002), aponta esta problemática em uma visão mais abrangente. Em suas palavras,

Essa erosão do apoio familiar não se expressa só na falta de tempo para ajudar as crianças nos trabalhos escolares ou para acompanhar sua trajetória escolar. Num sentido mais geral e mais profundo, produziu-se uma nova dissolução entre família, pela qual as crianças chegam à escola com um núcleo básico de desenvolvimento da personalidade caracterizado seja pela debilidade dos quadros de referência, seja por quadros de referência que diferem dos que a escola supõe e para os quais se preparou (TEDESCO, 2002, p. 36)

---

<sup>1</sup> O mesmo se constitui em um Documento que foi aprovado na Conferência das nações Unidas em 1994, na Espanha, que, além de outras coisas, recontextualiza o papel da Educação Especial dentro da plataforma lançada na Tailândia, na Conferência Mundial sobre Educação Para Todos.



A partir disso, compreende-se que a família, tem por obrigação, não somente estar presente nos momentos da vida escolar de seus filhos, como também, manter uma postura que se torne uma boa referência para os mesmo, não só na sua conduta pessoal, mas também em termos motivacionais, incentivando sempre o desenvolvimento escolar e pessoal de seus filhos.

A edificação de uma sociedade inclusiva, estabelece a modificação de ideias e de ações que se tornaram históricas, construídas e repedidas ao longo de toda uma vida. Esta mudança irá demandar por parte da família uma nova postura, exigindo assim, que a mesma construa conhecimento sobre as necessidades especiais de seu filho, assim como, desenvolva competências aptas a explorarem as potencialidades de seus filhos, respeitando, o conjunto de necessidades oriundos de sua deficiência.

Em relação a isto, se coloca como necessário, o investimento por parte do poder público, no sentido orientar e apoiar as famílias, tendo e vista, que a mesma venha a cumprir seu papel junto a seu filho, discussão essa a ser aprofundada no próximo capítulo.

#### **4 – CONCLUSÃO**

Como podemos constatar a partir das discussões acima, a família tem a possibilidade de proporcionar crescimento e desenvolvimento à criança com deficiência, através das relações que venham a ser estabelecidas. Logo, compreende-se que a família e as relações que se estabelecem, é de suma importância, uma vez que é no ambiente familiar que a criança desenvolve e adquire suas habilidades.

As análises confirmam as questões que nortearam a presente pesquisa, ao confirmarem a importância do cuidado, atenção e estímulo por parte da família à criança e adolescente com deficiência; também a visão de que a superproteção por parte de outros pais em torno da criança e do adolescente com deficiência gera prejuízos ao desenvolvimento destas.

A pessoa com deficiência precisa desde cedo ser incentivada a enfrentar os problemas e ultrapassar os obstáculos que a vida lhe colocar. Precisa ser ensinado a ela uma forma de vida independente, mesmo portando uma deficiência física ou mental, que a limitará em algumas ações cotidianas.

Assim sendo, a famílias tornam-se um espaço de grande relevância para o desenvolvimento de seus membros, ao passo que sua participação se torna indispensável no processo de inclusão.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Sergio Murilo; FRANÇA, Rodrigo Marclino. **Família de pessoas com deficiência: Desafios e superação.** Revista de divulgação técnico-científica do ICPG. Vol. 3 n. 10 - jan.-jun./2007.

BUSCAGLIA, L. **Os Deficientes e seus Pais.** Trad. Raquel Mendes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

BETTELHEIM, Bruno. **Uma vida para seu filho pais bons o bastante.** 18ª edição. São Paulo: Campus, 1992.

BRASIL. MEC. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCAS.** Disponível em:  
<file:///C:/Users/Priscila%20Sampaio/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/F4F9E4DN/salamanca.pdf>. Acesso dia 31 de agosto de 2016.

CONEJO, E. A. **A reintegração dos portadores de cegueira adquirida na idade adulta: uma abordagem psicossocial.** Rio de Janeiro, 1996.

ELSEN, I. Cuidado familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual. In: ELSSEN, I; MARCON, S. S.; SANTOS, M. R. dos (Orgs.). **O viver em família e a sua interface com a saúde e a doença.** Maringá: Eduem, 2002, p.11-24.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDANI, Ana Maria. **Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12 2000, Caxambu, MG (Brasil). Anais..., Belo Horizonte, MG (Brasil): ABEP, 2000. v. 1, 20 p. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: julho de 2016.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas/SP: Alínea, 2003

GENOFRE, R. M. **Família: uma leitura jurídica.** A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

GLAT, R. A. **O papel da família na integração do portador de deficiência.** Revista Brasília de Educação Especial, 1996.

KALOUSTIAN, S. M. **Família Brasileira a base de tudo.** 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, UNICEF, 1994.

LEVINE, R.A. (1989). **Cultural environments in child development.** IN: W. Damon (Org.), *Child development today and tomorrow* (pp. 52-68). San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1989.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. **Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais,** ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 - 22 de Setembro de 2006.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família.** IN: Carvalho, M. C.B.A. *Família Contemporânea em debate.* São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.



SILVA, NaraLiana Perreira; DESSEN, M. A. **Deficiência mental e família:** implicações para o desenvolvimento da criança. Psicologia: teoria e pesquisa. Brasília, Mai-Ago 2001, Vol. 17 n. 2, pp. 133-141.

TEDESCO, J.C. O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 2002.

VYGOTSKY, Liev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

